

No início do século XIX, a população brasileira era estimada entre 3,5 e 4 milhões de habitantes; um terço dela estava representado pelos escravos. Na fase de apogeu da mineração, entre 1750 e 1760, sua economia havia atingido nível muito alto. Nos primeiros lustros do século XIX, entretanto, o nível da renda baixara a pouco mais da metade; a mineração apresentava irremediável decadência; o algodão norte-americano, restabelecidas as antigas colônias inglesas da crise ligada às lutas pela independência, havia alijado o produto brasileiro do mercado britânico; a lavoura do café dava os primeiros passos. A economia colonial estava em crise. A abertura dos portos, em 1808, os acordos econômicos firmados com a Inglaterra, em 1810, como aquele que a Inglaterra firmou, em 1824, tutelando o reconhecimento da independência brasileira da parte de Portugal, sancionavam uma dependência inexorável, que se agravaria, ao longo do tempo. O Brasil passava a constituir uma província econômica e financeira da Inglaterra.”

A etapa da emancipação contrastava com a do início da colonização, no conteúdo e na forma. No século XVI, quando a colonização tinha início, era dominante o capital comercial; a classe dominante, na Europa e em Portugal, era a dos senhores feudais; a divisão mundial do trabalho fizera das áreas coloniais fornecedoras de gêneros que a Europa não podia produzir; a população européia era pequena e preponderantemente rural. No século XVIII e início do século XIX, quando se inicia o processo da independência, era dominante o capital industrial; a classe

“Vista no plano da história mundial, a independência sul-americana foi decidida pela necessidade de desenvolvimento da civilização ocidental ou, melhor dizendo, capitalista. (...) O interesse econômico das colônias da Espanha e o interesse econômico do ocidente capitalista correspondiam-se absolutamente, ainda que disso, como ocorre frequentemente na história, não se dessem conta exata os protagonistas de uma e de outra parte. (...) A classe proprietária não conseguiu transformar-se numa burguesia capitalista, patrocinadora da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes encontravam-se em mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários contentaram-se em servir de intermediários para este, na produção de algodão e de açúcar. Este sistema econômico manteve na agricultura uma organização semifeudal que constitui o obstáculo mais pesado ao desenvolvimento do país”. (José Carlos Mariátegui: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Santiago de Chile, 1955, p. 8 e 17).

“As condições exaradas no convênio de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole se consagrava na nossa esfera econômica e até se consignava imprudentemente como perpétua. A falta de genuína reciprocidade era absoluta e dava-se em todos os terrenos, parecendo mesmo difícil de estabelecer-se pela carência de artigos que se equilibrassem nas necessidades do consumo, sendo mais precisos no Brasil os artigos manufaturados ingleses do que à Inglaterra as matérias-primas brasileiras. Dava-se ainda a desigualdade na importância que respectivamente representavam suas exportações para os países produtores, constituindo a Inglaterra o mercado quase único do Brasil, ao passo que aquela nação dividia por muitos países os seus interesses mercantis; e dava-se finalmente na natureza dos meios de transporte com que chegavam os gêneros aos mercados, não podendo competir um fardo de algodão descido de Minas em costa de mula com uma peça de tecido carregada por excelente estrada de Manchester a Londres ou Southampton”. (M. Oliveira Lima: *Dom João VI no Brasil*, 2ª edição, Rio, 1945, p. 405, 11).